

## PROPOSTA



Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande,

A Comissão Popular de Defesa do Pinhal do Rei "O Pinhal é Nosso" entende que o Pinhal do Rei, sua reflorestação e recuperação a todos os níveis, deve assumir-se, indiscutivelmente, como uma **prioridade de interesse nacional**. A nossa Mata é uma Mata Nacional modelo, pioneira em termos de ordenamento florestal, de fixação de areias, na conservação e aproveitamento de recursos naturais, bem como com um sistema dunar e património genético **únicos no mundo**.

Entende esta Comissão que esta questão, pela sua importância e relevância para o nosso Concelho, deve ter uma intervenção e participação muito activa por parte da nossa Assembleia Municipal e, como tal, propomos a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, seja constituída, no âmbito da Assembleia Municipal da Marinha Grande, uma Comissão, composta por deputados de todas as forças partidárias e também por elementos da Comissão Popular "O Pinhal é Nosso", com o objectivo de garantir o acompanhamento, ao mais alto nível, de todas as questões que digam respeito ao Pinhal do Rei. Esta Comissão da Assembleia Municipal cuja constituição ora se propõe, deverá, em nosso entender, ser devidamente assessorada por profissionais da área, sendo certo que os temos, e com provas dadas, no nosso Concelho.

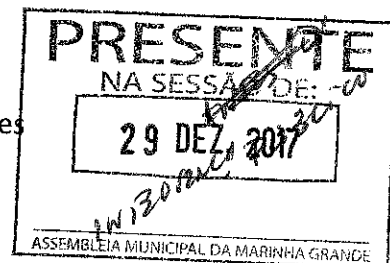
Temos a certeza de que o Pinhal do Rei ganhará, assim, outra voz, que se juntará, assim, à voz da população, tornando esta causa uma causa ainda maior, uma causa que deve ser de todos!

Marinha Grande, 29 de Dezembro de 2017

P'la Comissão Popular "O Pinhal é Nosso"



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Luís Guerra Marques  
Exmos. Srs. e Sras. Deputados e Deputadas Municipais,



Somos a Comissão Popular de Defesa do Pinhal do Rei "O Pinhal é Nosso" e viemos hoje apresentar-nos, formalmente, perante a nossa Assembleia Municipal, órgão máximo do nosso Concelho, verdadeira Casa da Democracia.

Somos uma Comissão Popular nascida no passado dia 18 de outubro de 2017, na sequência dos incêndios de má memória ocorridos em 15 de outubro, e que tem um único propósito: defender o nosso Pinhal, não só exigindo e pressionando as entidades competentes no sentido das necessárias intervenções a levar a cabo na Mata, mas também disponibilizando o trabalho voluntário da população para essa tarefa que sentimos dever ser de todos.

Somos uma Comissão muito ativa como é, certamente, do conhecimento de todos os Srs. e Sras. Deputados e Deputadas Municipais, que temos como pessoas atentas e interessadas nesta matéria.

Em forma de balanço, e após termos remetido no passado dia 27 de outubro uma Carta Aberta à Sra. Presidente de Câmara (cuja cópia se anexa e à qual, aliás, não obtivemos resposta), após termos organizado um Fórum Popular muito participado, após termos promovido uma Petição Pública no âmbito da qual já recolhemos um total de 5.676 assinaturas, após termos marcado presença em muitos órgãos de Comunicação Social, desde TV's, Rádios e Jornais, após termos participado, inclusive, numa reunião com o Sr. Secretário de Estado das Florestas, informamos esta ilustre Assembleia, em jeito de balanço, do seguinte:

- Como é do conhecimento público, na sequência da reunião havida com o Sr. Secretário de Estado das Florestas na Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) no passado dia 16 de novembro de 2017 com a presença de elementos desta Comissão, do Sr. Presidente do ICNF e da Sra. Presidente da CMMG, nem o ICNF nem a Câmara Municipal, articularam qualquer ação concreta com esta Comissão, no prazo dos 15 dias aí estipulado pelo Secretário de Estado, e que terminava a 30 de novembro;
- Também é sabido que, dentro daquele prazo dos 15 dias, esta Comissão honrou o compromisso que assumiu naquela reunião de 16 de novembro e, pese embora não ter sido chamada, nem pelo ICNF nem pela Autarquia, conforme havia ficado decidido naquela reunião, deu conta, dia 30 desse mesmo mês de novembro, do levantamento que efetuou dos meios voluntários e, embora não lhe tenha sido solicitado, da elaboração criteriosa e empenhada de um **dossier técnico**, discriminando as necessárias ações de emergência a implantar no terreno, dossier esse que visava, naturalmente, servir de contributo a qualquer documento técnico oficial que o ICNF viesse a apresentar;
- Remetemos o dossier técnico às diversas entidades públicas nesse mesmo dia 30 de novembro, e fomos chamados a reunir no ICNF a 12 de dezembro, reunião à qual acedemos e nos fizemos representar por vários técnicos desta Comissão, reconhecidos profissionalmente nas respetivas áreas de atuação.

**PRESENTE**  
NA SESSÃO DE  
**29 DEZEMBRO**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Nessa reunião ocorrida com o ICNF a 12 de dezembro, fomos informados de que, por parte do ICNF não existiam meios, nem técnicos nem humanos, e nem financeiros, para dar prossecução a quaisquer trabalhos no Pinhal do Rei, tal como vertido no nosso dossier técnico, mas que **estávamos autorizados (nós, Comissão Popular "O Pinhal é Nosso") a ir com os nossos voluntários para o pinhal no sábado seguinte – isto é, dia 16 de dezembro - encetar alguns trabalhos apresentados pelo ICNF durante essa reunião, e propostos para uma área de 4 hectares no Ribeiro de São Pedro.**

Assim, urge esclarecer e informar o seguinte:

**1º** Nunca foi qualquer intenção desta Comissão substituir-se às funções e obrigações do Estado no processo de recuperação do nosso Pinhal do Rei, na defesa da floresta e na sua gestão pública;

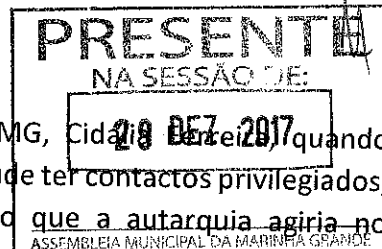
**2º** Entendemos que as necessárias medidas de emergência (e também de reflorestação, numa fase seguinte) de que o nosso Pinhal carece, têm que ser objeto da devida planificação (não nos conformando com medidas avulsas e pontuais) pelo que preocupou-nos e preocupa-nos a não existência de um planeamento transversal e duradouro, como sempre pedimos - e ao qual demos início com o nosso dossier técnico de ações de emergência. Uma ação pontual, *per si*, numa área de 4 hectares, não responde às claras necessidades de intervenção na totalidade dos 11 080 hectares do Pinhal do Rei (e não só nos 9.508 hectares ardidos, pois urge planificar medidas também para as áreas não ardidas);

**3º** Esta ação que nos foi proposta pelo ICNF envolvendo apenas os nossos meios voluntários, e onde até poderia estar presente o Sr. Secretário de Estado, segundo nos foi sugerido pelo ICNF, poderia ser interpretada como uma mera ação mediática, sendo que não é este o propósito desta Comissão, ainda mais quando se trata da recuperação de um património genético tão valioso e de um recurso natural tão importante para o nosso país.

**4º** A atuação desta Comissão requer, naturalmente, que as ações a realizar com os voluntários garantam a sua segurança e que sejam coordenadas em conjunto com as demais entidades.

Tendo em conta a informação que nos foi prestada pelo ICNF na referida reunião havida no dia 12 de dezembro, e em que saíram goradas as nossas expectativas para o futuro da MNL face à gritante falta de meios do ICNF, foi enviada por esta Comissão, no dia seguinte (13 de dezembro), **diretamente ao Sr. Ministro Capoulas Santos, uma Carta Aberta, dando conta de toda esta realidade e reforçando também os pedidos contidos na nossa petição pública (cujo texto anexamos à presente comunicação) e a inquestionável urgência em tomar medidas no nosso Pinhal.**

No dia 15 de dezembro esta Comissão fez-se representar no conhecido programa da Rádio TSF – Fórum TSF - onde foi possível dar nota de todo este trabalho por nós desenvolvido, bem como das ações que temos vindo a levar a cabo, e onde evidenciámos a urgência das intervenções no terreno, facto que está à vista de todos (ou estava, até terem sido bloqueados de forma pouco coerente, e facto para o qual pretendemos solicitar a devida argumentação, todos os acessos ao Pinhal do Rei, encontrando-se atualmente o Pinhal do Rei com autênticas "tranquetas", a lembrar outros e velhos tempos!!!).



Durante este programa de rádio, a Sra. Presidente da CMMG, Cidália Ferreira, quando questionada sobre o que esperava do Governo, com quem afirma amiúde ter contactos privilegiados, evidenciou a necessidade de datas e de planeamento, informando que a autarquia agiria no momento em que houvessem datas concretas, definidas pelas demais entidades responsáveis. Breves minutos depois desta intervenção, intervém via telefone o Sr. Presidente do ICNF, dando nota da ida deste organismo (ICNF) para o terreno na terça-feira seguinte, isto é, no dia 19 de dezembro.

Tomámos conhecimento, assim, através daquele telefonema do Sr. Presidente do ICNF, de que na terça-feira 19 de dezembro (portanto, 4 dias depois), iria haver uma intervenção na Ribeira de S. Pedro de Moel, com a presença do Sr. Secretário de Estado das Florestas e de vários meios do ICNF e GIPS.

Contactámos a Sra. Presidente da CMMG, Cidália Ferreira, perguntando-lhe se nessa ação de dia 19 estaria envolvida a Câmara Municipal da Marinha Grande. A Sra. Presidente informou que era uma ação do ICNF e que não tinha qualquer participação da Autarquia. Esta resposta foi, para nós, muito preocupante e surpreendente!

Entendendo esta Comissão que a postura da Câmara Municipal deve ser outra, mais presente e interventiva, foi enviado um e-mail à Sra. Presidente da CMMG, através da Sra. Vereadora Alexandra Dengucho, que é também membro desta Comissão, sugerindo à Sra. Presidente que remetesse ao ICNF, com carácter de urgência, um ofício pela forma mais expedita (como um mail, por exemplo), solicitando quer a presença de técnicos da Autarquia, quer a presença de técnicos desta Comissão na referida ação de 19 de dezembro. Na verdade, entendemos que **qualquer intervenção no nosso Pinhal do Rei deve ser sempre acompanhada quer pela Autarquia, quer pela população representada nesta Comissão. Nunca mais esta Autarquia e a população deste Concelho devem deixar de estar presentes em todas as decisões e intervenções a levar a efeito na Mata. E foi isso mesmo que sugerimos à Sra. Presidente Cidália Ferreira.**

A única resposta obtida a este pedido formal, foi um telefonema da própria Sra. Presidente de Câmara dirigido ao Eng.º Ricardo Vicente, membro técnico desta Comissão, informando apenas o conteúdo da ação em causa, e adiantando que um convite à nossa participação apenas poderia ser feito pelo ICNF, e não por ela, **por não ter qualquer responsabilidade na iniciativa.**

Soubemos depois que a Sra. Presidente de Câmara, acatando felizmente a sugestão desta Comissão, deu instruções aos técnicos da Autarquia para estarem presentes no terreno, nesse dia 19. Esperemos que, daqui em diante, a Câmara atue sempre desta forma, exigindo estar presente em todas as intervenções a levar a efeito na Mata, sem haver necessidade de ser esta Comissão a pressionar a Sra. Presidente nesse sentido!

**Aqui chegados, diremos que a Comissão Popular O Pinhal é Nosso enaltece o início das ações de emergência no Pinhal do Rei, que se iniciaram no Ribeiro de São Pedro de Moel no passado dia 19 de dezembro (ações que constavam, aliás, no nosso dossier técnico).**

***Não temos dúvidas de que o início dos trabalhos no terreno dois longos meses após o incêndio, se deve a esta Comissão, que tem sido incansável, pressionando e exigindo das entidades competentes as medidas de emergência de que o nosso Pinhal do Rei carece.***

PRESENTE

A situação em que se encontra o nosso Pinhal, exige a coordenação, articulação e integração de todos, devendo a sua recuperação assumir-se, indiscutivelmente, como uma **prioridade de interesse nacional**. Esta era (e deverá continuar a ser) uma Mata Nacional modelo, pioneira em termos de ordenamento florestal, de fixação de areias, na conservação e aproveitamento de recursos naturais, bem como com um sistema dunar e património genético **únicos no mundo**.

29 DEZ 2017  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Somos uma Comissão Popular atenta, preocupada e responsável, que realiza as suas ações com seriedade e transparência, e cujos membros tanto têm dado de si ao compromisso que assumiram com a população e com o Pinhal do Rei. **As ações a levar a cabo devem ser concertadas entre o ICNF, a CMMG e a Comissão Popular O Pinhal é Nosso**. Não concebemos, pois, que, num dos momentos de maior participação democrática na história deste concelho, as entidades não unam esforços numa causa coletiva de tão singular importância, como é a recuperação do Pinhal do Rei.

Aproveitamos para esclarecer que todo o trabalho que desenvolvemos no âmbito desta Comissão não é remunerado, pois nenhuma das pessoas envolvidas nesta Comissão auferem quaisquer rendimentos de qualquer género ou natureza que advenham da sua participação. Trata-se de uma participação cívica e democrática, levada a cabo pelos seus membros com muito empenho e dedicação à única causa que nos une: **o nosso Pinhal do Rei**.

Daqui apelamos a todos os que queiram participar e juntar-se a esta nobre causa (**que não é de Partidos ou Movimentos Políticos mas de cidadãos com elevado sentido de cidadania e com grande espírito de iniciativa**), e informamos que estaremos no terreno em Janeiro de 2018 para, em coordenação com o ICNF, procedermos a ações de limpeza de linhas de água e controlo de invasoras, entre outras ações julgadas adequadas, do que daremos conta, oportunamente, no nosso site [www.opinhalenosso.pt](http://www.opinhalenosso.pt) bem como na nossa página do facebook.

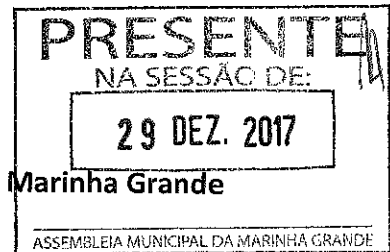
Anexamos último mail enviado ao ICNF a 21 de dezembro de 2017, com as questões que solicitamos sejam devidamente esclarecidas e em que nos dispomos a colaborar ativamente a bem do nosso Pinhal.

Marinha Grande, 29 de dezembro de 2017

P'la Comissão Popular O Pinhal é Nosso

## ANEXO I

Carta aberta à Sra. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande



Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande,

Somos um grupo de cidadãos que ama este Concelho e que está disposto a lutar por ele, incondicionalmente.

Somos um grupo de cidadãos, consciente da tragédia que abalou o nosso Concelho que nos retirou mais de 80% do nosso Pinhal do Rei.

Somos um grupo de cidadãos consciente de que existem culpados e condições propícias para tal tragédia acontecer.

Entendemos que tais culpados devem ser punidos, tanto politicamente como, até, criminalmente, mas consideramos que é a quem de direito que compete julgar e punir os presumíveis culpados da situação.

Entendemos que o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas), entidade estatal responsável pela gestão da nossa Mata Nacional, não foi um bom cuidador da mesma. Aliás, não cuidou, de todo, da mesma. Limitou-se a retirar do pinhal o que dava grande lucro (a madeira, material lenhoso e resinoso) e não protegeu, não preservou!

Portou-se, até, de forma muito arrogante, quer com simples munícipes, quer com autarcas do nosso Concelho.

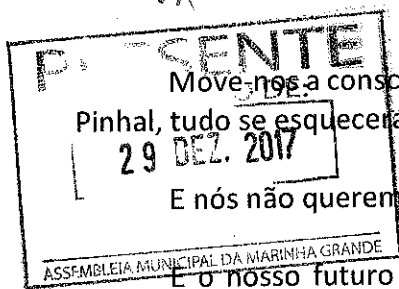
Mas deixaremos este apuramento de responsabilidades também para quem de direito. Mas vamos estar atentos, obviamente, para não deixarmos que os responsáveis voltem a repetir o mesmo!

Não é, no entanto, este o fito principal da nossa missiva que, muito respeitosamente, Sra. Presidente, lhe entregamos hoje, em mão, nos Paços do Concelho.

Nós queremos, sim e agora, partir para o futuro e que jamais se repita a intensidade devastadora que foram os incêndios do passado dia 15 de outubro que, incompreensivelmente, continuam a acontecer no pouco que resta do nosso Pinhal.

Move-nos a certeza de que nada poderá ser como antes.

Move-nos a vontade de unir vontades.



Move-nos a consciência de que, se não exigirmos medidas concretas e imediatas para o nosso Pinhal, tudo se esquecerá na espuma dos dias.

E nós não queremos esquecer! O futuro também se faz de passado!

E o nosso futuro coletivo, a nossa identidade como marinhenses, vieirenses, moitenses e leirienses está umbilicalmente ligada à nossa Mata: a Mata do Comboio de Lata, a Mata da quinta feira da Espiga, dos Parques de Merendas, das camarinhas e das sombras aconchegantes dos nossos pinheiros.

Estamos todos unidos por razões de identidade, de afetividade e, acima de tudo, porque o impacto ambiental deste devastador incêndio no nosso Pinhal vai abranger todo o concelho com as alterações climáticas implícitas e que irão ter impacto no mundo rural circundante o que, obviamente, também nos preocupa.

Assim, e a pensar exatamente nesse futuro que queremos construir juntos, aqui nos tem, Sra. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, solicitando à autarquia que se junte a nós e que, em conformidade:

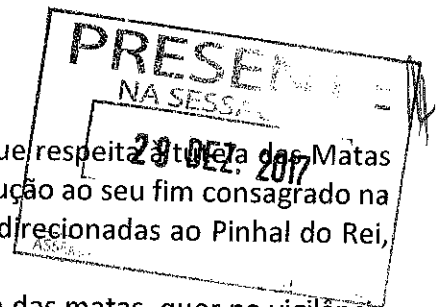
- a) Solicite ao ICNF que informe qual o valor embolsado com a venda da madeira **queimada** do nosso Pinhal, **independentemente da respetiva adjudicação ter sido efetuada antes ou depois dos incêndios;**
- b) Solicite ao ICNF que informe se existem novos contratos (ou adjudicações) que tenham sido celebrados já depois dos incêndios, para venda de madeira e outros materiais da nossa Mata e, em caso afirmativo, qual o respetivo valor;
- c) Solicite ao ICNF a identificação da(s) empresa(s) adquirente(s) da madeira que estão, neste momento, a operar na nossa Mata, seja em virtude de adjudicações anteriores, seja em virtude de adjudicações posteriores aos incêndios.

Em simultâneo, solicitamos à Câmara Municipal da Marinha Grande que officie, **de imediato**, às tutelas responsáveis, nomeadamente Ministério da Agricultura, Ministério das Finanças, Ministério da Administração Interna e Primeiro Ministro de Portugal, **exigindo** que sejam emitidos, **de imediato**, os necessários **despachos conjuntos**, determinando:

- que todo o valor obtido com as vendas da madeira ardida do nosso Pinhal do Rei que se situe em território concelhio (e mesmo que tais vendas resultem de adjudicações anteriores aos incêndios) seja, **de imediato**, transferido para uma conta bancária aberta, só para esse efeito, pelo Município da Marinha Grande, assim garantindo que tal valor é usado pelo Município, de imediato, no auxílio às vítimas de incêndio e, no futuro, na recuperação do nosso Pinhal;

- que a gestão do nosso Pinhal do Rei integre, desde já, a articulação do ICNF com as Entidades relevantes do território concelhio – sejam, por exemplo, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, as Associações de Bombeiros, as Forças de Segurança, Associações Empresariais, Escolas, Instituições de Ensino Superior, entre outras, e a própria população, criando-se uma entidade jurídica própria (Fundação, Associação), que promova essa gestão e fiscalize a sua implementação;





- que o Estado assuma, de imediato, a sua responsabilidade no que respeita à defesa das Matas Nacionais, que ora não cumpriu dignamente, e se digne a dar prossecução ao seu fim consagrado na Constituição da República Portuguesa através de medidas concretas direccionadas ao Pinhal do Rei, onde se incluirá naturalmente:

aa) o reforço generalizado de meios humanos quer na limpeza das matas, quer na vigilância e prevenção de situações de emergência – referindo aqui a importância de reativar o corpo de Guardas Florestais;

bb) o reforço generalizado de infraestruturas de apoio – veículos, equipamentos de comunicação, postos de vigilância operacionais, contribuindo para o efeito a recuperação das casas da guarda florestal, conhecidas como “Casas da Mata”;

cc) o reforço das condições dadas aos nossos bombeiros, equacionando a necessária profissionalização, mas também das nossas forças de segurança – que quer num caso quer no outro são manifestamente insuficientes e com escassos meios;

dd) a reflorestação do pinhal de Leiria conforme os necessários e melhores pareceres técnicos, garantindo que não haja o corte de nenhuma árvore, que não afete naturalmente as vias públicas e por isso comprometa segurança de pessoas e bens, no tempo necessário para que se consiga melhor aferir da sua efetiva saúde e viabilidade.

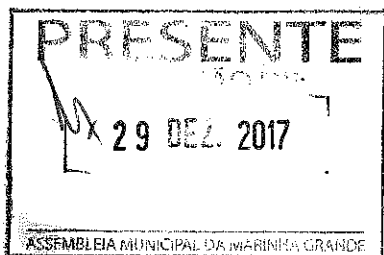
Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, todas as medidas de reforço que possamos aqui referir, na verdade, já existiram, e foram retiradas ao nosso Pinhal de Leiria, foram cortados os meios, a prevenção, os cuidados, as pessoas, vetando a mata a um esquecimento tenebroso, não obstante a imensurável riqueza que esta entrega aos cofres do Estado. Embora não compreendamos as razões para que assim tenha sido, é hora de agirmos todos em união, no sentido de exigir da parte do Estado as suas responsabilidades, honrando os 700 anos de história do nosso Pinhal, e, no mínimo, retribuindo tudo o que ele fez por nós, razão pela qual o seu papel é fulcral neste processo.

Sra. Presidente da Câmara, urge tomar medidas concretas.

Porque hoje, mais do que nunca, tomámos consciência de que **O PINHAL TEM QUE, EFECTIVAMENTE, SER NOSSO!**

Marinha Grande, 25 de outubro de 2017

P’la Comissão Popular de Defesa do Pinhal de Leiria “O Pinhal é nosso”



## ANEXO II

Petição Pública

O PINHAL É NOSSO!



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,

Somos um grupo de cidadãos que ama o Concelho da Marinha Grande e que está disposto a lutar por ele, incondicionalmente.

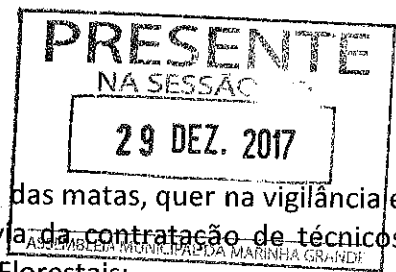
Somos um grupo de cidadãos, consciente da tragédia que abalou este Concelho que nos retirou mais de 80% do nosso Pinhal do Rei.

E o nosso futuro coletivo, a nossa identidade como marinhenses, vieirenses, moitenses e leirienses e em geral como cidadãos de um distrito profundamente afetado pela tragédia dos incêndios, está umbilicalmente ligada à nossa Mata: a Mata do Comboio de Lata, a Mata da quinta feira da Espiga, dos Parques de Merendas, das camarinhas e das sombras aconchegantes dos nossos pinheiros.

**O Estado tem de assumir todas as suas responsabilidades. E tem de agir rapidamente em defesa da Mata Nacional: é esta a nossa exigência!**

**Exigimos que:**

- Todo o valor obtido com as vendas da madeira ardida do nosso Pinhal do Rei (e mesmo que tais vendas resultem de adjudicações anteriores aos incêndios) seja, **de imediato**, alocado exclusivamente para fins de reparação, apoio aos lesados e recuperação do Pinhal de Leiria.
- Entendemos que a futura gestão pública do nosso Pinhal do Rei deve integrar, com efeitos imediatos, a articulação do ICNF com as Entidades relevantes do território envolvido – sejam, por exemplo, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, Associações de Bombeiros, Forças de Segurança, Associações Empresariais, Escolas, Instituições de Ensino Superior, entre outras e a própria população.
- Sejam tomadas medidas concretas direcionadas ao Pinhal do Rei, onde se incluirá naturalmente:



a) o reforço generalizado de meios humanos, quer na limpeza das matas, quer na vigilância e prevenção de situações de emergência – nomeadamente por via da contratação de técnicos florestais e trabalhadores rurais e reativando o corpo de Guardas Florestais;

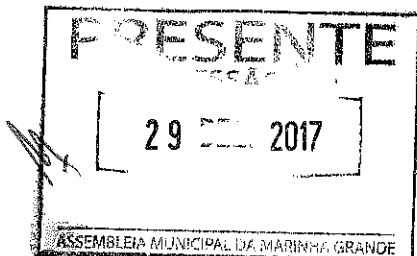
bb) o reforço generalizado de infraestruturas de apoio – veículos, equipamentos de comunicação, postos de vigilância operacionais, contribuindo para o efeito a recuperação das casas da guarda florestal, conhecidas como “Casas da Mata”;

cc) o reforço das condições dadas aos nossos bombeiros, mas também das nossas forças de segurança – que quer num caso quer no outro são manifestamente insuficientes e com escassos meios;

dd) a reflorestação do pinhal de Leiria conforme os necessários e melhores pareceres técnicos, garantindo que não haja o corte de nenhuma árvore, que não afete naturalmente as vias públicas e por isso comprometa segurança de pessoas e bens, no tempo necessário para que se consiga melhor aferir da sua efetiva saúde e viabilidade.

**Rejeitamos quaisquer linhas de privatização, direta ou indireta do Pinhal de Leiria.** O Estado tem de assumir de uma vez por todas a sua responsabilidade no que respeita à tutela das Matas Nacionais, responsabilidade que não cumpriu dignamente, dando prossecução ao seu fim consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Os promotores da Comissão Popular de Defesa do Pinhal de Leiria “O Pinhal é nosso”.



### ANEXO III

Mail enviado ao Eng.º Rosmaninho em 21/12/2017

De: Pinhal Nosso <[pinhalenosso@gmail.com](mailto:pinhalenosso@gmail.com)>

Data: 21 de dezembro de 2017, 12:58:49 WET

Para: Rui Miguel Melo Rosmaninho <[Rui.Rosmaninho@icnf.pt](mailto:Rui.Rosmaninho@icnf.pt)>

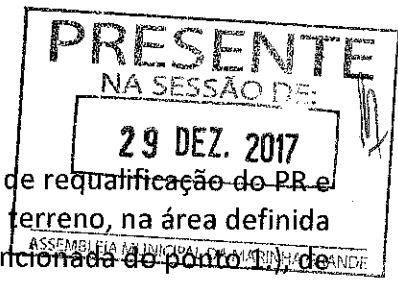
Cc: [cristex7@gmail.com](mailto:cristex7@gmail.com), David Ortigoso <[dortigoso@gmail.com](mailto:dortigoso@gmail.com)>, [lisboa.eunice@gmail.com](mailto:lisboa.eunice@gmail.com), Hugo Simões <[husimoes@gmail.com](mailto:husimoes@gmail.com)>, [joanabcartaxo@gmail.com](mailto:joanabcartaxo@gmail.com), [Cle.maria@hotmail.com](mailto:Cle.maria@hotmail.com), Orlando Joia <[orlandojoia.leiria@gmail.com](mailto:orlandojoia.leiria@gmail.com)>, [patricio.prdsa@gmail.com](mailto:patricio.prdsa@gmail.com), Ricardo Vicente <[ricardovic@gmail.com](mailto:ricardovic@gmail.com)>, Ana Rita Grácio <[rita.gracio.p@gmail.com](mailto:rita.gracio.p@gmail.com)>, [rosaneto1985@gmail.com](mailto:rosaneto1985@gmail.com), Rui Graça <[ruifilipegraca@hotmail.com](mailto:ruifilipegraca@hotmail.com)>, [sonia.guerra.epa@gmail.com](mailto:sonia.guerra.epa@gmail.com), [vsfigueiras@hotmail.com](mailto:vsfigueiras@hotmail.com), José Faustino <[zfaustino@gmail.com](mailto:zfaustino@gmail.com)>, alexandra dengucho <[alex dengucho@gmail.com](mailto:alex dengucho@gmail.com)>

**Assunto: Re: Ações de Estabilização de Emergência no Ribeiro de Moel (MNL)**

Estimado Eng.º Rui Rosmaninho,

A Comissão Popular O Pinhal é Nosso vem por este meio enaltecer o início das ações de emergência no Pinhal do Rei, que iniciaram a 19 de dezembro no Ribeiro de São Pedro de Moel. Com o objetivo de planificarmos as ações de voluntariado, previamente delineadas com V. Exa.(s), para iniciarem em janeiro, gostaríamos de esclarecer alguns aspetos, que abaixo descrevemos.

1. **Relativamente ao plano “Ação de estabilização de emergência pós incêndio - Medidas a curto prazo - Mata Nacional de Leiria, Ribeiro de Moel, novembro.2017”:**
  - Das 3 três técnicas previstas para a minimização da erosão e escorrência pós-fogo (instalação de faxinas, desobstrução da linha de água e controlo de espécies invasoras), gostaríamos de saber, para além da instalação de faxinas, o que é que foi concluído, durante o dia 19 de dezembro, e quais as ações que ficaram por realizar?
  - Dos 4,07 hectares previstos para a 1.ª ação de emergência, qual foi a área intervencionada?
2. **No que se refere ao portfólio das ações para intervenção direta do ICNF e com o envolvimento de voluntariado:**
  - Qual é o calendário de intervenções previstas?
  - Quais são as zonas para intervenção, a curto prazo, nas restantes áreas do Pinhal do Rei?
3. **Em relação à operacionalização das ações de voluntariado, promovidas por esta Comissão Popular, para as quais já mobilizámos um conjunto muito significativo de inscrições:**
  - Qual a V/ disponibilidade de coordenação e canalização de meios para apoiar estas ações durante os primeiros fins de semana de janeiro de 2018?
  - Para além da área do Ribeiro de São Pedro, previamente definida, e na qual o ICNF iniciou os trabalhos no dia 19 de dezembro, quais são as ações programadas, à data, que podem ser articuladas com o nosso corpo de voluntários?



Reiteramos a nossa disponibilidade para a participação cívica no processo de requalificação do PR e informamos que a partir de janeiro de 2018 estaremos com voluntários no terreno, na área definida do Ribeiro de São Pedro (apresentada na reunião de 12 de dezembro e mencionada do ponto 1.) de acordo com a planificação e articulação prévia com a V/ entidade.

Saudações cordiais!

P'la Comissão Popular "O Pinhal é Nosso"

